



À Presidência da República do Brasil
Ao Exmo. Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Caro Presidente Lula,

Primeiramente, pedimos que receba nossos cumprimentos pela retomada e avanços na construção da democracia brasileira a partir das pautas da diversidade, da reparação e dos direitos humanos e sociais fundamentais.

Nós, da Rede de Culturas Populares e Tradicionais, representamos o segmento cultural mais presente no cotidiano e na vida brasileira, capilarizado por todo o país. Somos a ancestralidade e a representação simbólica do Brasil, detentores dos conhecimentos e da conservação das sociobiodiversidades, dos sistemas agroalimentares e culinários que sustentam a vida do povo brasileiro. Somos o segmento da cultura que mais movimenta a economia criativa, com grandes festas que atraem pessoas de todo o mundo.

Apesar de significativos avanços nas políticas públicas de cultura, ainda necessitamos de programas de incentivo mais equitativos, que valorizem nossos modos de vida, conhecimentos, expressões culturais, celebrações, artes e ofícios, para que a economia da cultura se efetive com justiça social, valor tão importante para este governo. Gostaríamos, desta forma, de solicitar sua atenção a algumas pautas que têm movimentado nossas lutas desde o seu primeiro mandato, em 2003:

- (1) Criação e Regulamentação da Política Nacional de Culturas Tradicionais e Populares, com orçamento compatível às nossas diversidades e presença em todo o território nacional. Trata-se de uma política construída com imensa participação social por meio de Grupo de Trabalho criado pela Diretoria de Culturas Tradicionais e Populares, da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. O Decreto encontra-se na Casa Civil para a sua assinatura.
- (2) Projeto de Lei 1176/2011, que propõe a criação de bolsas de apoio para mestres, mestras e detentores de conhecimentos tradicionais fundamentais das artes, culturas e ciências, promovendo uma ampla reparação histórica. O projeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para a qual precisamos de apoio político para assegurar que, após 14 anos de luta, seja finalmente votado e aprovado.
- (3) Garantia de 30% da Política Nacional Aldir Blanc para povos indígenas e de matrizes africanas, povos e comunidades tradicionais, culturas rurais e camponesas, para as culturas populares, detentores de patrimônio imaterial e de culturas de periferias, pauta aprovada na 4ª Conferência Nacional de Cultura, que aconteceu em 2024, em Brasília. Em 2024 lançamos o Movimento 30% PNAB – Representatividade e Reparação, fruto da articulação de redes e coletivos



nacionais formada pela Rede Nacional de Culturas Populares e Tradicionais - RCPT, Rede dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil - RPCTs, Rede de Matrizes Africanas – REMA, Rede Integrada de Bens Imateriais Registrados – RIBIR, Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - Conaq, Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade – ANMIGA, Rede Nacional dos Conselhos Gestores da Salvaguarda da Capoeira no Brasil, Fórum Nacional de Forro de Raiz e Fórum Nacional Movimento Junino. Os segmentos representados por estas redes refletem a diversidade e capilaridade desta que é a maior cadeia simbólica e produtiva de cultura do país, inclusive com impactos econômicos substanciais no PIB nacional.

(4) Integração da PNAB ao Sistema Nacional de Cultura, de modo a exigir que os municípios e estados para acessarem os recursos tenham obrigatoriamente instituídos e em funcionamento seus conselhos de cultura, com o objetivo que o fomento chegue de forma democrática reduzindo assim os problemas do mau uso dessa fundamental política cultural. Compreendemos que este é o caminho para se efetivar uma política pública que fortaleça o Sistema Nacional de Cultura, assim como acontece nas áreas da saúde, educação, assistência social e dentre outras áreas nas quais a participação e controle social são condições necessárias para a execução das políticas.

Contamos com seu apoio e sensibilidade para seguirmos fazendo mudanças fundamentais para assegurar justiça social e climática, valorizando saberes e práticas que preservam o meio ambiente e enfrentam as mudanças climáticas em nosso país.

Saudações Cordiais!

Brasil, 20 de setembro de 2025.

Rede de Culturas Populares e Tradicionais, reunida no Seminário Internacional das Culturas Tradicionais e Populares e Justiça Climática.